

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA PAULISTA DE POLÍTICA, ECONOMIA E NEGÓCIOS**

VICTOR JOSÉ LOPES

**AS COMPANHIAS ABERTAS ESTÃO OBSERVANDO OS REQUERIMENTOS DE
DIVULGAÇÃO PREVISTOS NO CPC 21 (R1)?**

**OSASCO
2022**

VICTOR JOSÉ LOPES

**AS COMPANHIAS ABERTAS ESTÃO OBSERVANDO OS REQUERIMENTOS DE
DIVULGAÇÃO PREVISTOS NO CPC 21 (R1)?**

Trabalho de conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal de São Paulo como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Andrade Costa

**OSASCO
2022**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Unifesp Osasco, CRB-8: 3998, e
Departamento de Tecnologia da Informação Unifesp Osasco,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

L864c LOPES, Victor José

As companhias abertas estão observando os
requisitos de divulgação previstos no CPC 21 (R1)? /
Victor José Lopes. 2022.

37 f.

Trabalho de conclusão de curso (Ciências Contábeis)
Universidade Federal de São Paulo - Escola Paulista de
Política, Economia e Negócios, Osasco, 2022.

Orientador: Jorge Andrade Costa.

1. Demonstrações Intermediárias. 2. CPC 21 (R1). 3.
Notas explicativas selecionadas. I. Costa, Jorge Andrade, II.
TCC Unifesp/EPPEN. III. Título.

CDD: 657

LOPES, Victor José. **As companhias abertas estão observando os requerimentos de Divulgação previstos no CPC 21 (R1)?** Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal de São Paulo como requisito para aprovação no curso de bacharelado em Ciências Contábeis.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento desse trabalho de conclusão de curso contou com a ajuda de diferentes pessoas, dentre as quais agradeço:

Ao professor Jorge Andrade Costa que me inspirou ao longo da graduação e direcionou no processo de elaboração e conclusão deste trabalho, dando todo o auxílio necessário para o êxito desse projeto e o professor José Marcos que me auxiliou na parte quantitativa do trabalho.

A minha esposa que me incentivou a cada momento e não permitiu que eu desistisse.

Por último, quero agradecer a todos os meus amigos, com quem divido todas as minhas alegrias e tristezas.

RESUMO

Este estudo objetivou analisar se as companhias abertas aderiram fielmente aos requerimentos do CPC 21 (R1) e mantiveram em suas divulgações somente notas explicativas selecionadas em suas demonstrações intermediárias. A metodologia utilizada neste trabalho foi descritiva com abordagem quantitativa. Foram analisadas as Demonstrações Contábeis completas do exercício de 2021 e as Demonstrações Intermediárias do 1º trimestre de 2022 das companhias listadas no Novo Mercado, Nível 1 e Nível 2 de Governança Corporativa da B3 (Brasil, Bolsa, Balcão). Foram analisadas as notas explicativas de 251 companhias abertas. Foram desconsideradas do trabalho 5 companhias das quais não foram obtidos os demonstrativos dos dois períodos para realizar a comparação. Os resultados mostraram que houve uma redução do volume de páginas divulgadas para as notas explicativas em média de 32,52%, sendo que 29 companhias reduziram 50% ou mais no volume de suas páginas. Por meio da análise setorial, foi possível notar que o setor de comunicação foi o que mais apresentou redução nas quantidades de páginas, na ordem de 39,62%. Na parte quantitativa da pesquisa, foi processada uma regressão linear múltipla cujos resultados permitiram afirmar que as companhias que fazem parte do Novo Mercado reduzirem ainda mais a quantidade de páginas em suas ITRs em relação às companhias dos Níveis 1 e 2. Este resultado está em conformidade com as exigências de governança, uma vez que para as companhias que compõem o Novo Mercado é estabelecido um padrão de governança corporativa altamente diferenciado.

Palavras-chave: Demonstrações Intermediárias; CPC 21 (R1); Notas Explicativas Selecionadas.

ABSTRACT

The main goal of this study is analyzing whether the corporations have fairly applied the CPC 21 (R1), therefore kept on their disclosures only condensed financial statements and related notes selected during quarterly financial statements. The methodology conducted in this paper is a descriptive with quantitative approach. The reviewed and analyzed financial statement are dated on 2021 operational cycle as well as 2022's first quarter from incorporated corporations listed in the Brazil's Stock Exchange on "Novo Mercado", ESG level 1 and level 2 of B3 (Brasil, Bolsa, Balcão). Notes and disclosures to financial statement from 251 companies have been analyzed, 5 companies had been excluded due to missing financial statement from both compared periods. The results indicate a reduction of number of pages averaging 32,52%, however, 29 corporations reduced up to 50% the volume of pages from their notes and disclosures. The sectorial analysis indicates the greatest reduction of pages occurred on communications sector, around 39,62% of reduction. About the quantitative scope of the research, a multiple linear regression was processed, whose results allowed to infer that the companies of Novo Mercado reduced pages of their ITRs more than companies of other governance levels. This result is in accordance with the governance requirements once the Novo Mercado imposes highly differentiated standards.

Keywords: Accounting Statement; CPC 21; Relevance; Material.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População da pesquisa por setor econômico	20
Tabela 2 - Variação do nº de páginas entre os períodos pelos setores econômicos da B3	22
Tabela 3 - Variação do nº de páginas do exercício 2021 para o 1T22 segregado pelos subsetores da B3	23
Tabela 4 - Companhias que diminuiram 50% ou mais na quantidade de páginas do exercício 2021 para o 1º trimestre de 2022.	24
Tabela 5 - Regressão Linear Múltipla.	26
Tabela 6 - Companhias com o pior desempenho na redução da quantidade de páginas.	26

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 TRABALHOS ANTERIORES	13
2.2 CPC 21 (R1) – DEMONSTRAÇÃO INTERMEDIÁRIA	14
3 METODOLOGIA	19
3.1 POPULAÇÃO, AMOSTRA E COLETA DE DADOS	19
4 RESULTADOS	22
5 CONCLUSÃO	28
REFERÊNCIAS	30
APÊNDICE	33
APÊNDICE 1	33

1 INTRODUÇÃO

Com o advento da internet a exposição de informações dos mais variados temas chegam com maior facilidade às pessoas. Através dos *smartphones* conectados à rede temos acesso a diversos dados e informações a qualquer momento do dia.

Desse modo, ter informações não é mais a problemática, contudo há um novo obstáculo que acaba sendo o excesso de informações desnecessárias. Assim sendo, o usuário precisa de mais tempo para filtrar as informações mais importantes identificando as informações relevantes que merecem a devida atenção.

A Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Brasil, 1976), declara que as empresas são obrigadas ao fim de cada exercício social apresentar para os seus sócios, credores e acionistas as suas demonstrações contábeis anuais. Essas informações devem ser úteis e têm como objetivo auxiliar o usuário nas tomadas de decisões, servindo como suporte para negociações e previsibilidade de geração de caixa pela companhia.

Visando gerar um conjunto de demonstrações contábeis padronizadas internacionalmente, foi criado o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), órgão responsável pela convergência da contabilidade brasileira aos padrões internacionais. Tais padrões são definidos pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Seguindo a ótica de filtrar informações para que o usuário tenha acesso a apenas informações que sejam relevantes, o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2011) (aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM) requer que as companhias divulguem trimestralmente um conteúdo mínimo em suas demonstrações contábeis intermediárias (demonstrações contábeis com datases de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro). Este conteúdo mínimo se refere à preparação de demonstrações contábeis condensadas e de notas explicativas selecionadas. Assim sendo, o CPC dispõe que as demonstrações contábeis intermediárias têm como objetivo prover atualização com base nas últimas demonstrações contábeis anuais completas (data-base 31 de dezembro), estas sim com um conteúdo mais robusto.

Como exemplo, as demonstrações contábeis de março não precisariam de uma divulgação completa de notas explicativas, pois haveria somente três meses que a companhia havia divulgado notas explicativas completas e seria uma repetição desnecessária, pois o IASB/CPC entendem que pouquíssimas notas explicativas se modificariam, especialmente na parte das principais práticas contábeis. Caso houvesse alguma modificação, aí sim a companhia faria a divulgação.

Trazendo mais luz sobre o tema de divulgações, a Orientação Técnica OCPC 07 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiro de Propósito Geral (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2014) trata de requisitos básicos para a elaboração e evidenciação a serem observados pelos preparadores quando da divulgação das suas demonstrações contábeis, sejam elas completas ou condensadas, dispondo de diretrizes para as divulgações anuais e trimestrais e focando principalmente nas notas explicativas, pois há questionamentos dos usuários das demonstrações contábeis quanto à quantidade de informações divulgadas, incluindo informações desnecessárias, como cópias de conteúdo contido nos pronunciamentos, que são consideradas irrelevantes. Como as normas internacionais são principiológicas, não há uma regra para definir o critério de relevância e, neste ponto, a administração da companhia precisa utilizar o seu julgamento profissional para definir o que é relevante e o que é irrelevante.

Adicionalmente percebe-se que, além das informações irrelevantes contidas nas demonstrações contábeis, há falta de informações relevantes, ou seja, faltam informações necessárias. A ideia da orientação é que a companhia divulgue demonstrações contábeis mais enxutas, com informações que realmente interessam aos usuários no sentido de orientá-lo em suas tomadas de decisões econômicas e financeiras.

Segundo a definição contida no CPC 23 (R1) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2009) e do CPC 26 (R1) – (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2011), um item é material quando a sua omissão ou incorreção puder influenciar nas decisões econômicas dos usuários das demonstrações contábeis.

Apesar do requerimento de divulgações mais enxutas em suas demonstrações contábeis intermediárias (ITR – Informações Trimestrais), conjectura-se que muitas companhias não têm observado os requerimentos contidos no CPC 21 (R1) e acabam divulgando as suas demonstrações contábeis trimestrais de maneira completa (e não condensada), divulgando para os seus usuários informações repetitivas e irrelevantes nos períodos intermediários.

Diante desta contextualização, a questão de pesquisa proposta nesse trabalho é: “As companhias abertas aderiram fielmente aos requerimentos do CPC 21 (R1) e mantiveram em suas divulgações somente notas explicativas selecionadas em suas demonstrações intermediárias?”

Para responder essa questão o trabalho visa mensurar a quantidade das informações divulgadas nas Demonstrações Contábeis Intermediárias, por meio de comparações dos períodos entre os relatórios anuais de 2021 e os do primeiro trimestre de 2022.

Essa comparação será realizada nas companhias listadas na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), que possuam um alto nível de governança. Para isso foram selecionadas as companhias abertas do Novo Mercado, do Nível 1 e do Nível 2 de governança corporativa e que são obrigadas pela CVM a utilizar o CPC 21 (R1). Desse modo, serão quantificados os números de páginas, palavras e tabelas constantes nas demonstrações contábeis destas companhias, a fim de comparar se nas demonstrações intermediárias do 1º trimestre de 2022 houve uma menor quantidade de informações em relação às demonstrações anuais de dezembro de 2021.

Essa pesquisa visa preencher a lacuna existente na academia relativa ao número de trabalhos abordando a temática das Demonstrações Contábeis Intermediárias segundo as diretrizes do CPC 21 (R1) (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2011) relacionando-a com as Demonstrações Contábeis Anuais das empresas listadas na B3. Por conseguinte, o trabalho será importante para as companhias de capital aberto, acadêmicos e profissionais da contabilidade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesse tópico é apresentado dados de trabalhos anteriores com a finalidade de sustentar a presente pesquisa além de desmiuçar o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias, debruçando mais sobre o tema e evidenciando seus objetivos e requerimentos.

2.1 TRABALHOS ANTERIORES

Para sustentar esse trabalho, deve-se primeiro observar trabalhos cujas temáticas são semelhantes. Nascimento, Marquez, Borges, Botinha e Lemes (2011) realizaram uma pesquisa com o objetivo de analisar as notas explicativas presentes nos relatórios financeiros intermediários, buscando identificar se as companhias brasileiras listadas na bolsa de valores aderem à norma internacional IAS 34 (*Interim Financial Reporting* – Relatórios Financeiros Intermediários) emitidos pelo IASB (*International Accounting Standard Board* – Comitê de Normas Contábeis Internacionais), que corresponde ao CPC 21 (R1).

Foram analisadas as demonstrações contábeis de 19 companhias listadas de setores diferentes, dos anos de 2009 e 2010, dando um total de 38 demonstrações, desses, 19 eram referentes à demonstração anual de 2009 e os outros 19 eram do primeiro trimestre de 2010. Concluíram que as empresas analisadas ainda não aderiam fielmente à IAS 34, uma vez que existia um grande número de informações repetitivas nas notas explicativas do primeiro trimestre de 2010, visto que os principais objetivos dessa norma é fornecer informações cada vez mais tempestivas, relevantes e materiais.

No trabalho de Belote, Santos e Queiroz (2019) o objetivo foi o de analisar a classificação das contas de empréstimos e financiamentos das companhias listadas no Novo Mercado da B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) em curto e em longo prazo, considerando os demonstrativos intermediários. Para isso, foram incluídas no estudo 114 companhias do Novo Mercado e notas explicativas findas do 1º, 2º e 3º trimestres de 2016. Por meio das análises feitas nas notas explicativas, chegou-se a um resultado de que apenas 41 companhias, que corresponde a (35,96%) do total, demonstraram de maneira clara a classificação dos empréstimos e as demais 73 empresas (64,03%) não divulgavam de maneira compreensível os critérios de classificação dos empréstimos e financiamentos em seus demonstrativos intermediários.

Da Silva, Brighenti e Klann (2018) analisaram 274 companhias de capital aberto nos anos de 2006 a 2013, com o objetivo de verificar a influência do processo de convergência as

normas contábeis internacionais do IASB (*International Accounting Standards Board*) na relevância da informação contábil divulgada por empresas brasileiras. Os resultados indicaram que o valor patrimonial da ação, o lucro por ação e o retorno anual da ação no período pós-convergência apresentaram incremento informacional, mostrando-se mais alinhados com o preço das ações. Com isso, eles concluíram que as IFRS (*International Financial Reporting Standards*) agregaram relevância às informações contábeis divulgadas, contribuindo com a qualidade da informação contábil.

Almeida (2010) buscou identificar a influência do ambiente competitivo, mensurado de acordo com a qualidade das demonstrações contábeis. Para mensurar a qualidade dos números contábeis divulgados, foram utilizadas quatro métricas sendo elas: relevância, tempestividade, conservadorismo e gerenciamento de resultados. Para a realização do trabalho foram utilizados dados das companhias abertas listadas na antiga BM&FBOVESPA (Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, atual B3) nos anos de 1996 a 2006 com a finalidade de construir os modelos das variáveis.

Os resultados demonstraram que no geral as companhias em ambientes com alta competição não aumentam a relevância dos números contábeis. Em contrapartida, observou-se que a interação do ambiente de alta competitividade em que as companhias estão inseridas com a adoção de práticas diferenciadas de governança corporativa, produzem efeitos sobre a discricionariedade contábil proporcionando incentivos para que elas divulguem números contábeis de qualidade superior.

2.2 CPC 21 (R1) – DEMONSTRAÇÃO INTERMEDIÁRIA

Conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2011), o conteúdo de uma demonstração contábil completa deve conter os seguintes elementos:

- (a) balanço patrimonial ao final do período;
- (b) demonstrações do resultado:
 - (i) do período;
 - (ii) abrangente do período;
- (c) demonstração das mutações do patrimônio líquido do período;
- (d) demonstração dos fluxos de caixa do período;
- (e) notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações explicativas;

- (f) informações comparativas com o período anterior, conforme especificado nos itens 38 e 38A do CPC 26 (R1);
- (g) o balanço patrimonial do início do período mais antigo, comparativamente apresentado, quando a entidade aplica uma política contábil retrospectivamente ou procede à republicação ou à reapresentação retrospectiva de itens das demonstrações contábeis, ou ainda quando procede à reclassificação de itens de suas demonstrações contábeis; e
- (h) demonstração do valor adicionado do período, conforme CPC 09, se exigido legalmente ou por algum órgão regulador ou mesmo se apresentada voluntariamente.

A demonstração contábil intermediária tem como objetivo disponibilizar uma atualização com base nas últimas demonstrações contábeis anuais completas. Logo, elas focam nas novas atividades, eventos e circunstâncias ocorridas durante o período intermediário e não permitem que sejam repetidas informações previamente reportadas. Posto isso, o CPC 21 (R1) (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2011) define o conteúdo mínimo da demonstração contábil intermediária como sendo as demonstrações contábeis condensadas e as notas explicativas selecionadas, a fim de respeitar o interesse da tempestividade e considerações de custos e evitando informações repetidas.

De acordo com o CPC 21 (R1) (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2011), a demonstração contábil intermediária deve incluir no mínimo os seguintes itens:

- (a) balanço patrimonial condensado;
- (b) demonstração condensada do resultado do exercício;
- (c) demonstração condensada do resultado abrangente (que pode ser apresentada como parte da DMPL);
- (d) demonstração condensada das mutações do patrimônio líquido;
- (e) demonstração condensada dos fluxos de caixa; e
- (f) notas explicativas selecionadas.

No que tange aos eventos e transações significativas ocorridas no período intermediário, o pronunciamento define que a demonstração intermediária deve conter uma explicação desses acontecimentos.

O CPC 21 (R1) (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2011), contempla uma lista, não exaustiva, de eventos e transações para os quais a divulgação é requerida, caso sejam considerados significativos no período:

- (a) redução de estoques ao valor líquido de realização e reversão desses ajustes;

- (b) reconhecimento de perda ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros, de ativos imobilizados, de ativos intangíveis, de ativos provenientes de contratos com clientes ou de outros ativos e de reversão dessa perda;
- (c) reversão de quaisquer provisões para custos de reestruturação;
- (d) aquisições e baixas de itens do ativo imobilizado;
- (e) assunção de compromissos para aquisição de itens do ativo imobilizado;
- (f) liquidações de processos judiciais ou administrativos;
- (g) retificações de erros de períodos anteriores;
- (h) alterações nos negócios ou nas circunstâncias econômicas que afetam o valor justo dos ativos financeiros e dos passivos financeiros da entidade, sejam esses ativos e passivos reconhecidos pelo valor justo ou pelo custo amortizado;
- (i) qualquer não atendimento de prazos de pagamento de empréstimos ou quebra de contrato de empréstimo que não tenha sido solucionado ao término ou antes do término do período de reporte;
- (j) transações com partes relacionadas;
- (k) transferências entre níveis hierárquicos de valor justo, utilizados para mensuração a valor justo de instrumentos financeiros;
- (l) mudanças na classificação de ativos financeiros como resultado de uma alteração no propósito ou no uso desses ativos; e
- (m) mudanças nos passivos contingentes ou ativos contingentes.

Ainda de acordo com o CPC 21 (R1) (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2011), os períodos os quais as demonstrações contábeis intermediárias devem seguir para efeito comparativo:

- (a) balanço patrimonial ao fim do período intermediário corrente e o balanço patrimonial comparativo do final do exercício social imediatamente anterior;
- (b) demonstração do resultado e demonstração do resultado abrangente do período intermediário corrente e acumulado no exercício social corrente, comparadas com as dos períodos intermediários do exercício social anterior (corrente e acumulado no ano). Conforme permitido no Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, a demonstração do resultado abrangente pode ser apresentada em quadro demonstrativo próprio ou incluída dentro das mutações do patrimônio líquido;
- (c) demonstração das mutações do patrimônio líquido acumuladas no ano, com demonstração comparativa também acumulada do exercício social anterior;

(d) demonstração dos fluxos de caixa acumulados no ano, com demonstração comparativa também acumulada do exercício social anterior.

Para empresas que tenham negócios altamente sazonais, recomenda-se informações financeiras para os últimos doze meses terminados no final do período intermediário.

O julgamento da materialidade é de suma importância para as demonstrações intermediárias, uma vez que, seu principal objetivo é fornecer informações novas do que aconteceu com a entidade nesse intervalo de tempo e evitar informações repetitivas e de baixa relevância para o período analisado.

Desse modo, os Pronunciamentos Técnicos CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2011) e o CPC 23 (R1) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2009) definem como material um item em que se a sua omissão ou incorreção puder influenciar decisões econômicas dos usuários das demonstrações contábeis.

Em vista disso, afirma o CPC 21 (R1) (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2011), que o objetivo principal é assegurar que a demonstração contábil intermediária inclua todas as informações que são relevantes para a compreensão das mudanças patrimoniais, econômicas e financeiras da entidade e seu desempenho durante o período intermediário.

Sintetizando o tema proposto nesse trabalho o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2011) determina os conteúdos mínimos de uma demonstração contábil intermediária e os princípios para o reconhecimento e mensuração para demonstrações condensadas de período intermediário.

Dessa forma, as demonstrações intermediárias contendo notas explicativas selecionadas economizam tempo dos usuários das informações divulgadas, bem como aumentam a habilidade dos credores e de outros usuários para melhor entender a capacidade de a entidade gerar lucros e fluxos de caixa e sua condição financeira e de liquidez.

Nas Demonstrações Contábeis Intermediárias a norma contábil não requer que estas demonstrações contenham um conjunto de notas explicativas completas. A exigência é que haja notas explicativas selecionadas. As notas explicativas completas devem ser divulgadas para os períodos anuais, como descrito no Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2011).

O CPC 21 (R1) (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, 2011) não determina quais instituições devem divulgar ou publicar suas demonstrações contábeis intermediárias, ou a frequência/prazo a partir do encerramento do período intermediário.

Contudo, governos, reguladores de mercado, bolsas de valores frequentemente requerem que as entidades que sejam de capital aberto ou tenham títulos de dívida negociados publicamente, divulguem suas demonstrações contábeis intermediárias. As companhias abertas, além de divulgar demonstrações anuais, devem divulgar demonstrações contábeis para períodos trimestrais (intermediários) observando os requerimentos contidos no CPC 21 (R1).

Em resumo, as companhias abertas são requeridas a divulgar demonstrações contábeis intermediárias trimestrais em até 60 dias após o fim do período intermediário.

Ademais, as demonstrações contábeis intermediárias devem estar em conformidade com os Pronunciamentos do CPC, ou seja, devem atender aos requerimentos dos seus Pronunciamentos Técnicos, Orientações e Interpretações.

3 METODOLOGIA

Essa pesquisa se categoriza como descritiva. Quanto à sua abordagem pode-se enquadrá-la como quantitativa. Uma pesquisa descritiva busca observar os fatos, registrá-los, classificá-los e interpretá-los sem que necessite da interferência do pesquisador sobre eles. (Andrade, 2004 apud Belote, Santos e Queiroz, 2019).

Prodanov e Freitas (2013) definem a pesquisa descritiva como aquela que o pesquisador apenas registra e descreve os fatos, sem que haja algum tipo de interferência. Busca ainda, descrever características do fenômeno, da população ou a relação existente entre as variáveis. Logo, envolve o uso de técnicas padronizadas para a coleta de dados.

Diante desta definição, o seu uso se justifica pelo fato de os dados das companhias serem coletados nas notas explicativas das demonstrações consolidadas (anuais e intermediárias) das companhias do Novo Mercado, Nível 1 e Nível 2 de Governança Corporativa, nos sites das respectivas companhias e pelo site da CVM, analisados individualmente sem a intervenção e manipulação do pesquisador.

De acordo com Richardson (1999) apud Oliveira (2011) a pesquisa quantitativa usa o proveito da quantificação, desde a coleta das informações até o tratamento dos dados utilizando técnicas estatísticas.

Para Prodanov e Freitas (2013) a abordagem quantitativa contempla tudo que pode ser quantificável, buscando traduzir para números as opiniões e informações de maneira que seja factível classificá-las e analisá-las. Para tal, é necessário o uso de técnicas estatísticas como média, moda, percentagem, desvio-padrão, análise de regressão, entre outras.

A pesquisa foi realizada utilizando-se de técnicas estatísticas como a regressão linear múltipla, que segundo Sell (2005) estabelece uma equação matemática que descreve o relacionamento entre três ou mais variáveis, com uma dependente e outras duas ou mais variáveis independentes, cuja finalidade é melhorar a capacidade de previsão.

Nessa pesquisa são analisadas as notas explicativas das demonstrações contábeis intermediárias e anuais no que se referem à quantidade de páginas, coletando as demonstrações das companhias do exercício de 2021 e do 1º trimestre de 2022.

3.1 POPULAÇÃO, AMOSTRA E COLETA DE DADOS

A população da presente pesquisa é composta por 251 companhias listadas no Novo Mercado, Nível 1 e Nível 2 de Governança Corporativa da B3. Procianoy e Verdi (2009)

afirmam em seu trabalho que as companhias que aderiram as diretrizes do no Novo Mercado possuem maiores níveis de liquidez do que as companhias transacionadas no mercado tradicional da antiga BOVESPA, atual B3.

A população foi dividida por setores de atuação, conforme Tabela 1.

Tabela 1 - População da pesquisa por setor econômico.

Setor Econômico	Total de companhias (População)	Total de companhias (Amostra)
Consumo Cíclico	64	62
Financeiro	37	37
Bens Industriais	31	31
Utilidade Pública	25	23
Consumo não cíclico	21	21
Saúde	20	20
Materiais Básicos	19	18
Tecnologia da Informação	17	17
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	11	11
Comunicações	6	6
Total Geral	251	246

Fonte: dados da pesquisa.

Após a definição da população, foi extraído das demonstrações contábeis do exercício de 2021 e do 1º trimestre de 2022, o número de páginas divulgadas nas notas explicativas de cada período.

A população da pesquisa de 251 companhias que estão listadas no Novo Mercado, Nível 1 e Nível 2 da B3 foi reduzida para uma amostra de 246 (98,01%) companhias. Houve 5 (1,99%) companhias eliminadas, sendo que: (i) 2 delas (0,80%), uma do setor de consumo cíclico e a outra do setor de utilidade pública realizaram fusão; (ii) 1 (0,40%) do setor de materiais básicos que faliu 2021; (iii) 1 (0,40%) do setor de consumo cíclico que não foram encontradas as suas demonstrações contábeis; e (iv) 1 (0,40%) que abriu o seu capital no ano de 2022. Desse modo, essas companhias eliminadas não puderam ser incluídas no trabalho por não terem os relatórios dos dois períodos completos para a realização da comparação entre os dois períodos da pesquisa.

A Contagem do número de páginas ocorreu buscando as demonstrações contábeis das companhias nos sítios da CVM, B3 ou mesmo da própria companhia e contando manualmente a quantidade de páginas das demonstrações contábeis das datas-base de 31 de dezembro de

2021 e 31 de março de 2022. Não foi escolhida a data-base de 31 de março de 2021 para comparação com 2022, uma vez que não faria sentido esta data-base, pois não seria atingido o objetivo do trabalho. Ocorre que o CPC 21 (R1) está vigente desde o ano de 2010 e, portanto, a companhia que não observou os requerimentos do CPC 21 (R1) em março de 2022, também não havia observado em março de 2021.

Com isso processou-se a regressão linear múltipla cuja variável dependente é a variação percentual no número de páginas, e a principal variável independente de interesse é o fato de a companhia ser ou não do Novo Mercado.

Como controle utilizou-se o tamanho da companhia mensurado pelo logaritmo natural dos ativos, visto que o tamanho das companhias pode condicionar o número de páginas tendo também relação com o Nível de Governança, e também controlou-se os resultados pela classificação setorial pelo fato do setor também ter potencial poder de explicação do número de páginas e relação com o Nível de Governança. Dessa forma mitigou-se potenciais problemas de endogeneidade em função de variáveis omitidas. Assim, tem-se o modelo econométrico apresentado na Equação 1.

$$\text{Variação \% Páginas} = B_0 + B_1\text{Novo Mercado} + B_2N1 + B_3\text{Tamanho} + B_n\text{Setor} \quad (1)$$

Em que: *Novo Mercado* é uma variável *dummy* que assume valor 1 caso a companhia seja do Novo Mercado e zero o contrário; *N1* é uma variável *dummy* que assume valor 1 caso a companhia seja do Nível de Governança N1 e zero o contrário; *Tamanho* reflete o tamanho da companhia mensurado pelo logaritmo natural do total dos ativos e *Setor* é uma variável *dummy* que indica a classificação setorial da companhia.

A hipótese de pesquisa é a seguinte:

H1 - As companhias com maior Nível de Governança Corporativa foram as que mais reduziram a quantidade de páginas publicadas em suas notas explicativas.

4 RESULTADOS

Com o intuito de avaliar se houve redução nos números de páginas nos relatórios divulgados pelas companhias foi feito um estudo utilizando métodos quantitativos descritos na seção de metodologia.

Nesse tópico, foram analisadas as 246 companhias da amostra para verificar qual foi o setor que mais reduziu o número de páginas de suas notas explicativas do exercício de 2021 para o 1º trimestre de 2022 (1T22), buscando identificar se as companhias estão aderindo o requerimento do CPC 21 e divulgando apenas as notas explicativas selecionadas em suas demonstrações intermediárias.

Tabela 2 – Variação do nº de páginas entre os períodos pelos setores econômicos da B3.

Setor Econômico	Total de empresas por setor	%	Total pág. Exercício 2021	Total pág. 1T22	▲ %
Comunicações	6	2%	573	346	-39,62%
Materiais Básicos	18	7%	1330	808	-39,25%
Utilidade Pública	23	9%	2236	1413	-36,81%
Bens Industriais	31	13%	2347	1531	-34,77%
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	11	4%	934	626	-32,98%
Tecnologia da Informação	17	7%	952	639	-32,88%
Saúde	20	8%	1312	908	-30,79%
Consumo Cíclico	62	25%	3772	2653	-29,67%
Financeiro	37	15%	2623	1852	-29,39%
Consumo não Cíclico	21	9%	1501	1087	-27,58%
Total Geral	246	100%	17.580	11.863	-32,52%

Fonte: dados da pesquisa.

De acordo com a Tabela 2, pode-se identificar que o setor que mais reduziu a quantidade de páginas entre o exercício de 2021 e 1T22 (1º trimestre de 2022) foi o de comunicação com 39,62% de redução, contudo vale salientar que esse também é o setor em que há a menor quantidade de companhias que equivale a 2% (6 companhias) do total de 246 companhias analisadas. Em seguida aparece o setor de materiais básicos com uma redução de 39,25% e uma representatividade de 7% do total da amostra e, em terceiro lugar, consta o setor de utilidade pública com uma redução de 36,81% do número de páginas, sua representatividade no total da amostra é de 9% (23 companhias).

Tabela 3 - Variação do nº de páginas do exercício 2021 para o 1T22 segregado pelos subsetores da B3.

Subsetor	Total de companhias por subsetor	%	Total pág. Exercício 2021	Total pág. 1T22	▲ %
Produtos de Uso Pessoal e de Limpeza	1	0,60%	105	39	-62,86%
Siderurgia e Metalurgia	5	2,14%	376	186	-50,53%
Holdings Diversificadas	1	0,69%	121	67	-44,63%
Mineração	4	1,30%	228	130	-42,98%
Mídia	1	0,47%	83	48	-42,17%
Serviços Diversos	5	2,52%	443	265	-40,18%
Telecomunicações	5	2,79%	490	298	-39,18%
Material de Transporte	5	2,12%	372	227	-38,98%
Automóveis e Motocicletas	2	1,02%	180	110	-38,89%
Energia Elétrica	18	10,36%	1.821	1.127	-38,11%
Transporte	12	5,70%	1.002	625	-37,62%
Químicos	4	1,66%	292	188	-35,62%
Exploração de Imóveis	12	4,35%	765	495	-35,29%
Diversos	9	3,53%	621	405	-34,78%
Hotéis e Restaurantes	2	0,74%	130	85	-34,62%
Programas e Serviços	14	4,32%	759	499	-34,26%
Serviços Médico - Hospitalares, Análises e Diagnósticos	11	4,32%	759	501	-33,99%
Serviços Financeiros Diversos	5	1,69%	297	199	-33,00%
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	11	5,31%	934	626	-32,98%
Comércio	15	6,01%	1.056	717	-32,10%
Madeira e Papel	4	2,02%	355	244	-31,27%
Água e Saneamento	5	2,36%	415	286	-31,08%
Comércio e Distribuição	12	4,35%	764	531	-30,50%
Computadores e Equipamentos	3	1,10%	193	140	-27,46%
Construção Civil	22	6,73%	1.184	864	-27,03%
Construção e Engenharia	2	0,78%	137	101	-26,28%
Intermediários Financeiros	12	5,48%	964	721	-25,21%
Embalagens	1	0,45%	79	60	-24,05%
Agropecuária	8	3,03%	532	407	-23,50%
Previdência e Seguros	7	2,71%	476	370	-22,27%
Alimentos Processados	8	3,46%	608	473	-22,20%
Viagens e Lazer	3	0,90%	159	124	-22,01%
Tecidos, Vestuário e Calçados	8	2,36%	415	325	-21,69%

Máquinas e Equipamentos	7	2,24%	393	313	-20,36%
Utilidades Domésticas	1	0,15%	27	23	-14,81%
Medicamentos e Outros Produtos	1	0,26%	45	44	-2,22%
Total Geral	246	100%	17.580	11.863	-32,52%

Fonte: dados da pesquisa.

De acordo com a Tabela 3, os subsetores que se destacam com uma redução acima de 50% são de “Produtos de uso pessoal e de limpeza”, saindo de 105 páginas para 39 e implicando numa redução de 62%. Contudo, este setor possui apenas uma companhia listada. Por outro lado, o setor de “Siderurgia e metalurgia” conta com 5 companhias e apresentou uma redução de 50%. É interessante analisar que, mesmo o subsetor de Energia Elétrica, que apresenta 18 companhias, alcançou uma diminuição de 38% na quantidade de páginas. Nessa tabela também pode-se verificar que o subsetor de “Medicamentos e Outros Produtos” teve uma redução menos expressiva, variando apenas uma página de um período para o outro, porém, pode ser entendido como um *outlier*, uma vez que há apenas uma companhia deste subsetor.

Tabela 4 - Companhias que diminuíram 50% ou mais na quantidade de páginas do exercício 2021 para o 1º trimestre de 2022.

SETOR ECONÔMICO	SUBSETOR	COMPANHIAS	CÓDIGO	SEGMENTO	Total pág. Exercício 2021	Nº de pág. 1T22	Variação %
Bens Industriais	Transporte	ECORODOVIAS	ECOR	NM	99	30	-69,70%
Consumo não Cíclico	Produtos de Uso Pessoal e de Limpeza	GRUPO NATURA	NTCO	NM	105	39	-62,86%
Utilidade Pública	Energia Elétrica	ENGIE BRASIL	EGIE	NM	143	54	-62,24%
Consumo Cíclico	Comércio	AREZZO CO	ARZZ	NM	90	34	-62,22%
Materiais Básicos	Siderurgia e Metalurgia	FERBASA	FESA	N1	78	30	-61,54%
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	Petróleo, Gás e Biocombustíveis	PETROBRAS	PETR	N2	111	43	-61,26%
Utilidade Pública	Energia Elétrica	ELETROBRAS	ELET	N1	123	48	-60,98%
Financeiro	Intermediários Financeiros	BRASIL	BBAS	NM	183	73	-60,11%
Materiais Básicos	Siderurgia e Metalurgia	USIMINAS	USIM	N1	108	47	-56,48%
Comunicações	Telecomunicações	OI	OIBR	N1	138	61	-55,80%
Utilidade Pública	Água e Saneamento	COPASA	CSMG	NM	80	36	-55,00%
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	Petróleo, Gás e Biocombustíveis	COSAN	CSAN	NM	174	79	-54,60%
Financeiro	Exploração de Imóveis	IGUATEMI S.A.	IGTI	N1	61	28	-54,10%
Saúde	Serviços Médico - Hospitalares, Análises e Diagnósticos	DASA	DASA	NM	98	45	-54,08%
Comunicações	Telecomunicações	DESKTOP	DESK	NM	100	46	-54,00%
Bens Industriais	Transporte	AZUL	AZUL	N2	63	29	-53,97%
Materiais Básicos	Mineração	VALE	VALE	NM	80	37	-53,75%

Utilidade Pública	Energia Elétrica	ENEVA	ENEV	NM	54	25	-53,70%
Financeiro	Exploração de Imóveis	LOPES BRASIL	LPSB	NM	56	26	-53,57%
Financeiro	Exploração de Imóveis	ALIANSCSONAE	ALSO	NM	94	45	-52,13%
Bens Industriais	Material de Transporte	FRAS-LE	FRAS	N1	74	36	-51,35%
Materiais Básicos	Químicos	BRASKEM	BRKM	N1	111	54	-51,35%
Bens Industriais	Material de Transporte	TUPY	TUPY	NM	57	28	-50,88%
Utilidade Pública	Energia Elétrica	AES BRASIL	AESB	NM	99	49	-50,51%
Bens Industriais	Máquinas e Equipamentos	INDS ROMI	ROMI	NM	62	31	-50,00%
Materiais Básicos	Siderurgia e Metalurgia	GERDAU	GGBR	N1	64	32	-50,00%
Materiais Básicos	Siderurgia e Metalurgia	GERDAU MET	GOAU	N1	64	32	-50,00%
Tecnologia da Informação	Programas e Serviços	LOCAWEB	LWSA	NM	82	41	-50,00%
Utilidade Pública	Energia Elétrica	OMEGAENERGIA	MEGA	NM	42	21	-50,00%

Fonte: dados da pesquisa.

A Tabela 4 mostra as companhias que mais diminuíram a quantidade de páginas entre o período analisado no trabalho. Na tabela há um total de 29 companhias que reduziram 50% ou mais na quantidade de páginas de um período para o outro. Cabe ressaltar que as 4 companhias que mais reduziram a quantidade de páginas estão enquadradas no Novo Mercado de Governança Corporativa.

Partindo desta informação das 4 companhias, pode-se formular uma hipótese para verificar se realmente as companhias do Novo Mercado como um todo são as que mais reduzem a quantidade de páginas de suas demonstrações contábeis anuais para as demonstrações contábeis intermediárias.

H1 - As companhias com maior nível de governança corporativa foram as que mais reduziram a quantidade de páginas publicadas em suas notas explicativas.

A fim de avaliar esta hipótese foram realizadas regressões lineares múltiplas. Com isso foi possível analisar se há significância estatística entre o fato de uma companhia ser dos Níveis de Governança “Novo Mercado”, “Nível 1” e “Nível 2”. Considerando tais Níveis de Governança, foi identificado que há uma relação negativa e estatisticamente significativa a 10% entre o fato de a companhia ser do Novo Mercado e a variação negativa na quantidade de páginas de suas notas explicativas. Diante desses resultados, é possível inferir que as companhias do Novo Mercado apresentaram maior variação negativa na quantidade de páginas.

Além disso, também foram considerados o tamanho dos ativos das companhias e os setores de atuação. Nessa análise, considerando companhias de tamanho similar e do mesmo setor, aquelas que são do Novo Mercado apresentam maior variação negativa de páginas, uma

vez que o coeficiente da variável em questão foi negativo e estatisticamente significativo conforme pode ser observado na Tabela 5 a seguir.

Tabela 5 - Regressão Linear Múltipla.

Variável Dependente: Variação % n. Páginas	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3
Novo Mercado (Dummy)	-0,0548* (0,0325)	-0,0623* (0,0338)	-0,0448* (0,0271)
N1 (Dummy)	-0,0508 (0,0433)	-0,0386 (0,0445)	- -
Tamanho = ln(Ativos)	-0,028*** (0,0060)	-0,0321*** (0,0065)	-0,0329*** (0,0065)
Intercepto	0,1868* (0,1036)	0,1871 (0,1243)	0,1774 (0,1237)
Efeito Fixo Setor	Não	Sim	Sim
R2	0,0923	0,1468	0,1440
Observações	244	244	244

*** Significante com $\alpha = 1\%$; ** Significante com $\alpha = 5\%$; * Significante com $\alpha = 10\%$
 Significância baseada em teste t bicaudal
 Os coeficientes das variáveis dummies setoriais não foram reportados
 Erro Padrão entre parêntesis.

Fonte: dados da pesquisa.

Ou seja, utilizando-se de métodos quantitativos da regressão linear múltipla, pode-se afirmar que há evidências de que as companhias que são do Novo Mercado, dos mesmos setores e com tamanho de ativos parecidos tendem a reduzir mais os números de páginas de suas notas explicativas em comparação com as companhias de “Nível 1” e “Nível 2”.

Tabela 6 - Companhias com o pior desempenho na redução da quantidade de páginas.

SETOR ECONÔMICO	SUBSETOR	COMPANHIAS	CÓDIGO	SEGMENTO	Total pág. Exercício 2021	Nº de pág. 1T22	Variação %
Financeiro	Intermediários Financeiros	ITAUUNIBANC O	ITUB	N1	123	130	5,69%
Consumo Cíclico	Comércio	QUERO- QUERO	LJQQ	NM	52	54	3,85%
Consumo Cíclico	Viagens e Lazer	TIME FOR FUN	SHOW	NM	56	58	3,57%
Financeiro	Intermediários Financeiros	PINE	PINE	N2	30	31	3,33%
Consumo não Cíclico	Agropecuária	POMIFRUTAS	FRTA	NM	35	36	2,86%
Financeiro	Intermediários Financeiros	BANCO BMG	BMGB	N1	57	58	1,75%
Bens Industriais	Máquinas e Equipamentos	METALFRIO	FRIO	NM	72	72	0,00%
Bens Industriais	Transporte	TRIUNFO PART	TPIS	NM	46	46	0,00%

Tecnologia da Informação	Programas e Serviços	TC	TRAD	NM	37	37	0,00%
Consumo não Cíclico	Alimentos Processados	M.DIASBRANCO	MDIA	NM	79	78	-1,27%
Financeiro	Intermediários Financeiros	BANRISUL	BRSR	N1	72	71	-1,39%
Bens Industriais	Máquinas e Equipamentos	TAURUS ARMAS	TASA	N2	58	57	-1,72%
Consumo não Cíclico	Alimentos Processados	JALLESMACHAD	JALL	NM	94	92	-2,13%
Saúde	Medicamentos e Outros Produtos	OUROFINO S/A	OFSA	NM	45	44	-2,22%
Consumo Cíclico	Construção Civil	TRISUL	TRIS	NM	43	42	-2,33%

Fonte: dados da pesquisa.

Na Tabela 6 pode-se observar as 15 companhias que tiveram um desempenho menos favorável em diminuição no número de páginas publicadas comparando o exercício de 2021 e o primeiro trimestre de 2022. Essas 15 companhias, estão divididas entre 6 setores econômicos da B3, sendo que: 4 são do setor financeiro; 3 do setor de Bens Industriais; 3 do setor de Consumo Cíclico; 3 do Consumo Não Cíclico; 1 da Saúde; e 1 da Tecnologia da informação.

Das seis companhias que tiveram uma variação positiva na quantidade de páginas, cabe destacar o “Itaú Unibanco”, apresentou as suas demonstrações contábeis consolidadas intermediárias de maneira completa, inclusive destacando o fato em suas notas explicativas, e portando não observou os requerimentos do CPC 21 (R1). Desse modo, é compreensível que a variação de páginas seja semelhante à do período anual. Para as outras duas companhias do setor financeiro, “Banco BMG” e “PINE” não foram encontradas em suas notas explicativas as informações de que elas utilizaram o critério de utilizar as Demonstrações Consolidadas Completas. O mesmo vale para as companhias “Time for Fun” e “Pomifrutas”. A companhia “Quero-Quero” informa que está divulgando apenas a informações cujo a companhia julgou como relevantes para o período seguindo as diretrizes do CPC 21 (R1).

5 CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo identificar se as companhias brasileiras abertas do Novo Mercado, Níveis 1 e 2 estão observando os requerimentos sobre as notas explicativas selecionadas previstos no CPC 21 (R1).

Pela pesquisa foi possível verificar que, de maneira geral, as companhias estão divulgando em suas notas explicativas às demonstrações contábeis intermediárias (ITR) apenas as informações selecionadas.

O objetivo do trabalho foi atingido, uma vez que os dados obtidos ao longo do trabalho apontam para uma redução expressiva da quantidade de páginas das companhias de uma forma geral e, portanto, não houve divulgação repetida, na maioria das companhias, que já constavam nas demonstrações contábeis anuais, em que são requeridas notas explicativas completas. Essa redução significa que as notas explicativas foram selecionadas e não completas.

Utilizando uma amostra de 246 companhias dos três principais níveis de governança da B3 (Novo Mercado, Níveis 1 e 2) e comparando a quantidade de páginas de notas explicativas divulgadas nas demonstrações contábeis no exercício de 2021 e no primeiro trimestre de 2022, os resultados evidenciaram que há 29 companhias que reduziram 50% ou mais na quantidade de páginas entre os períodos analisados e, em média, houve uma redução de 32,52%.

Por meio da análise setorial, foi possível observar que os setores de “Comunicação” e “Materiais Básicos” apresentaram as maiores reduções nas quantidades de páginas, saindo de 573 para 346 páginas (redução de 39,62%) e de 1.330 para 808 (redução de 39,25%), respectivamente. Por outro lado, o setor de “Consumo não Cíclico” foi o pior, com uma redução de “apenas” 27,58%.

Na parte quantitativa da pesquisa, foi processada uma regressão linear múltipla cujos resultados permitiram afirmar que as companhias que fazem parte do Novo Mercado reduziriam ainda mais a quantidade de páginas em suas ITRs em relação às companhias dos Níveis 1 e 2. Este resultado está em conformidade com as exigências de governança, uma vez que para as companhias que compõem o Novo Mercado é estabelecido um padrão de governança corporativa altamente diferenciado.

A principal contribuição observada na preparação deste trabalho é evidenciar o quão relevante o CPC 21 (R1) está sendo para as companhias listadas na B3, o que pode servir de base para estudos futuros complementares acerca da quantidade de tempo economizado pelas companhias ao adotarem os requerimentos do CPC 21 (R1), facilidade dos investidores, analistas e credores na análise das demonstrações contábeis e a sensibilidade destes usuários

sobre a diminuição de informações desnecessárias. Assim sendo, novos estudos podem ser feitos com empresas em que suas ações não são negociadas na B3.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, José Elias Feres de. **Qualidade da informação contábil em ambientes competitivos**. 2010. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. doi:10.11606/T.12.2010.tde-29112010-182706. Acesso em 06 jul. 2022.
- ALMEIDA, M. D.; LEMES, S; WEFFORT, E. F. J.; MALAQUIAS, R. F. Análise da percepção sobre expressões de incerteza presentes nas normas internacionais de contabilidade. **Revista UnB Contábil**, v. 11, n. 1-2, p. 240-259, 2008.
- ALVES, Fernando de Almeida; COSTA, Jorge Andrade. **Divulgação Excessiva de Informações e Ausência de Informação Relevante em Notas Explicativas** (2021). Disponível em: <<https://congressosp.fipecafi.org/anais/21UspInternational/ArtigosDownload/3234.pdf>>. Acesso em 30 abr. 2022.
- Andrade, M. M. **Como Preparar Trabalhos para Cursos de Pós-graduação (6 ed.)**. São Paulo: Atlas, 2004.
- BELOTE, Guilherme Simões; QUEIROZ, Lisia Melo; SANTOS, Geovane Camilo. Análise da Classificação dos Empréstimos e Financiamentos em curto e longo prazo: um estudo das Demonstrações Intermediárias. **Revista de Contabilidade e Controladoria**, [S.l.], v. 10, n. 3, jul. 2019. ISSN 1984-6266. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rcc/article/view/60728/38980>>. Acesso em: 01 ago. 2022.
- BRASIL. **Lei das Sociedades por Ações**, Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11492206/artigo-176-da-lei-n-6404-de-15-de-dezembro-de-1976>>. Acesso em 29 abr. 2022.
- CASTRO, Rafaella Gonçalves de. **Análise dos impactos nas informações trimestrais – ITR das empresas de capital aberto decorrentes da interpretação técnica ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro** (2019). Disponível em: <<https://bdm.unb.br/handle/10483/28852>>. Acesso em 03 mai. 2022.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária** (2011). Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=52>>. Acesso em 29 abr. 2022.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 23 (R1) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro** (2009). Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=57>>. Acesso em 30 abr. 2022.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis** (2011). Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=54>>. Acesso em 30 abr. 2022.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **OCPC 07 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral**. (2014). Disponível em: <http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/488_OCPC_07_Orienta%C3%A7%C3%A3o.pdf>

DALLAGNOL, Evelyze Cruz; SOUSA, Henrique Adriano de; PASSOS, Gabriela de Abreu; JUNIOR, Joacir Celso Duarte; COSTA, Mayla Cristina. **Os Princípios da Governança Corporativa: o Enfoque dado pelas Empresas Listadas na B3** (2019). Disponível em: <<https://congressosp.fipecafi.org/anais/19UspInternational/ArtigosDownload/1374.pdf>>. Acesso em 24 mai. 2022.

NASCIMENTO, Cíntia Tiago do; MARQUEZ, Eneida Moreira Lício; BORGES, Francielle Arantes; BOTINHA, Reiner Alves; LEMES, Sirlei. **IAS 34: a atualização das informações divulgadas por empresas de capital aberto no Brasil** (2011). Disponível em: <<https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/race/article/view/895>>. Acesso em 06 jul. 2022.

IUDÍCIBUS, Sergio; MARTINS, Eliseu; CARVALHO, L. Nelson. Contabilidade: Aspectos Relevantes da Epopeia de sua Evolução. **Revista de Contabilidade Financeira da Universidade de São Paulo**, nº 38, p. 7-19, São Paulo, 2005.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MARTINS, D. **Adoção de IFRS dobrará notas explicativas do BNDES**. *Jornal Valor Econômico* (2011). Disponível em: <<https://valor.globo.com/financas/noticia/2011/10/25/adoacao-de-ifrs-dobrara-notas-explicativas-no-balanco-do-bndes.ghtml>>. Acesso em 30 abr. 2022.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia Científica: um manual para a realização de pesquisas em administração** (2011). Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf>. Acesso em 06 out. 2022.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, Ariovaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, E. R. **Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades: de acordo com as normas internacionais e do CPC**. 4. ed. – São Paulo: Atlas, 2022.

SANTOS, Edilene Santana; CALIXTO, Laura; BISPO, Maria Ferreira. **Impacto da OCPC 07 no engajamento das notas explicativas das companhias brasileiras** (2018). Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rcf/a/sqJWkLh9y8xRt4WJJzCbWgN/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 15 mai. 2022.

SELL, I. **Utilização da regressão linear como ferramenta de decisão na gestão de custos**. *Anais do Congresso Brasileiro de Custos - ABC*, [S. l.], Disponível em: <<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/2224>>. Acesso em: 12 out. 2022.

SILVA, Alini da; BRIGHENTI, Josiane; KLANN, Roberto Carlos. **Efeitos da convergência às normas contábeis internacionais na relevância da informação contábil de empresas brasileiras** (2018). Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/Ambiente/article/view/3245/2506>>. Acesso em 15 mai. 2022.

SALOTTI, B. M.; YAMAMOTO, M. M. Ensaio sobre a teoria da divulgação. **Braslian Business Review**, Vitória, v. 2, nº 1, p. 53-70, jun. 2005.

SILVA, Décio Coelho da. **O Estágio da internacionalização das normas contábeis** (2018). Disponível em: <<https://cfc.org.br/destaque/o-estagio-da-internacionalizacao-das-normas-contabeis/>>. Acesso em 03 mai. 2022.

SHIMAMOTO, Leila Sayuri; REIS, Luciano Gomes dos. Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade: uma análise sob a perspectiva dos profissionais contabilistas. **Revista de Estudos Contábeis**, Londrina, v.1, n. 1, p. 90-105, 2010.

APÊNDICE

Apêndice 1 – Amostra da Pesquisa

Setor Econômico	Companhias	Segmento
Bens Industriais	AERIS	NM
Bens Industriais	ARMAC	NM
Bens Industriais	ATMASA	NM
Bens Industriais	AZUL	N2
Bens Industriais	CCR S.A.	NM
Bens Industriais	ECORODOVIAS	NM
Bens Industriais	EMBRAER	NM
Bens Industriais	ESTAPAR	NM
Bens Industriais	ETERNIT	NM
Bens Industriais	FRAS-LE	N1
Bens Industriais	GOL	N2
Bens Industriais	GPS	NM
Bens Industriais	HIDROVIAS	NM
Bens Industriais	INDS ROMI	NM
Bens Industriais	JSL	NM
Bens Industriais	LOG-IN	NM
Bens Industriais	MARCOPOLO	N2
Bens Industriais	METALFRIO	NM
Bens Industriais	MILLS	NM
Bens Industriais	PORTOBELLO	NM
Bens Industriais	RANDON PART	N1
Bens Industriais	RUMO S.A.	NM
Bens Industriais	SANTOS BRP	N2
Bens Industriais	SEQUOIA LOG	NM
Bens Industriais	TAURUS ARMAS	N2
Bens Industriais	TEGMA	NM
Bens Industriais	TRIUNFO PART	NM
Bens Industriais	TUPY	NM
Bens Industriais	VALID	NM
Bens Industriais	WEG	NM
Bens Industriais	WILSON SONS	NM
Comunicações	BRISANET	NM
Comunicações	DESKTOP	NM
Comunicações	ELETROMIDIA	NM
Comunicações	OI	N1
Comunicações	TIM	NM
Comunicações	UNIFIQUE	NM
Consumo Cíclico	ALLIED	NM
Consumo Cíclico	ALPARGATAS	N1
Consumo Cíclico	AMERICANAS	NM
Consumo Cíclico	ANIMA	NM
Consumo Cíclico	AREZZO CO	NM
Consumo Cíclico	BK BRASIL	NM
Consumo Cíclico	CEA MODAS	NM
Consumo Cíclico	CEDRO	N1
Consumo Cíclico	COGNA ON	NM
Consumo Cíclico	CR2	NM
Consumo Cíclico	CRUZEIRO EDU	NM

Consumo Cíclico	CURY S/A.	NM
Consumo Cíclico	CVC BRASIL	NM
Consumo Cíclico	CYRELA REALT	NM
Consumo Cíclico	DIRECIONAL	NM
Consumo Cíclico	DOTZ S.A.	NM
Consumo Cíclico	ESPACOLASER	NM
Consumo Cíclico	EVEN	NM
Consumo Cíclico	EZTEC	NM
Consumo Cíclico	GAFISA	NM
Consumo Cíclico	GRENDENE	NM
Consumo Cíclico	GRUPO SBF	NM
Consumo Cíclico	GRUPO SOMA	NM
Consumo Cíclico	HELBOR	NM
Consumo Cíclico	IMC S/A.	NM
Consumo Cíclico	IOCHP-MAXION	NM
Consumo Cíclico	JHSF PART	NM
Consumo Cíclico	LAVVI	NM
Consumo Cíclico	LE LIS BLANC	NM
Consumo Cíclico	LOCALIZA	NM
Consumo Cíclico	LOJAS MARISA	NM
Consumo Cíclico	LOJAS RENNER	NM
Consumo Cíclico	MAGAZINE LUIZA	NM
Consumo Cíclico	MELNICK	NM
Consumo Cíclico	METAL LEVE	NM
Consumo Cíclico	MITRE REALTY	NM
Consumo Cíclico	MOURA DUBEUX	NM
Consumo Cíclico	MOVIDA	NM
Consumo Cíclico	MRV	NM
Consumo Cíclico	PDG REALT	NM
Consumo Cíclico	PETZ	NM
Consumo Cíclico	PLANOEPLANO	NM
Consumo Cíclico	QUERO-QUERO	NM
Consumo Cíclico	RNI	NM
Consumo Cíclico	ROSSI RESID	NM
Consumo Cíclico	SARAIVA LIVR	N2
Consumo Cíclico	SER EDUCA	NM
Consumo Cíclico	SMART FIT	NM
Consumo Cíclico	SPRINGS	NM
Consumo Cíclico	TECHNOS	NM
Consumo Cíclico	TECNISA	NM
Consumo Cíclico	TENDA	NM
Consumo Cíclico	TIME FOR FUN	NM
Consumo Cíclico	TRACK FIELD	N2
Consumo Cíclico	TRISUL	NM
Consumo Cíclico	UNICASA	NM
Consumo Cíclico	VAMOS	NM
Consumo Cíclico	VIA	NM
Consumo Cíclico	VIVARA S.A.	NM
Consumo Cíclico	VIVER	NM
Consumo Cíclico	VULCABRAS	NM
Consumo Cíclico	YDUQS PART	NM
Consumo não Cíclico	3TENTOS	NM
Consumo não Cíclico	AGROGALAXY	NM
Consumo não Cíclico	ASSAI	NM
Consumo não Cíclico	BOA SAFRA	NM

Consumo não Cíclico	BRASILAGRO	NM
Consumo não Cíclico	BRF S.A.	NM
Consumo não Cíclico	CAMIL	NM
Consumo não Cíclico	CARREFOUR BR	NM
Consumo não Cíclico	GRUPO MATEUS	NM
Consumo não Cíclico	GRUPO NATURA	NM
Consumo não Cíclico	JALLESMACHAD	NM
Consumo não Cíclico	JBS	NM
Consumo não Cíclico	M.DIASBRANCO	NM
Consumo não Cíclico	MARFRIG	NM
Consumo não Cíclico	MINERVA	NM
Consumo não Cíclico	P.AÇÚCAR-CBD	N1
Consumo não Cíclico	POMIFRUTAS	NM
Consumo não Cíclico	RAIZEN	N2
Consumo não Cíclico	SAO MARTINHO	NM
Consumo não Cíclico	SLC AGRICOLA	NM
Consumo não Cíclico	TERRASANTAPA	NM
Financeiro	ABC BRASIL	N2
Financeiro	ALIANSCSONAE	NM
Financeiro	ALPER S.A.	NM
Financeiro	B3	NM
Financeiro	BANCO BMG	N1
Financeiro	BANCO INTER	N2
Financeiro	BANCO PAN	N1
Financeiro	BANRISUL	N1
Financeiro	BBSEGURIDADE	NM
Financeiro	BOA VISTA	NM
Financeiro	BR BROKERS	NM
Financeiro	BR MALLS PAR	NM
Financeiro	BR PARTNERS	N2
Financeiro	BR PROPERT	NM
Financeiro	BRADESCO	N1
Financeiro	BRASIL	NM
Financeiro	CAIXA SEGURIDADE	NM
Financeiro	CIELO	NM
Financeiro	CLEARSALE	NM
Financeiro	CSU CARDSYST	NM
Financeiro	CYRE COM-CCP	NM
Financeiro	HBR REALTY	NM
Financeiro	IGUATEMI S.A.	N1
Financeiro	IRBBRASIL RE	NM
Financeiro	ITAUSA	N1
Financeiro	ITAUUNIBANCO	N1
Financeiro	LOG COM PROP	NM
Financeiro	LOPES BRASIL	NM
Financeiro	MODALMAIS	N2
Financeiro	MULTIPLAN	N2
Financeiro	PINE	N2
Financeiro	PORTO SEGURO	NM
Financeiro	SAO CARLOS	NM
Financeiro	SIMPAR	NM
Financeiro	SUL AMÉRICA	N2
Financeiro	SYN PROP TEC	NM
Financeiro	WIZ S.A.	NM
Materiais Básicos	BRADESPAR	N1

Materiais Básicos	BRASKEM	N1
Materiais Básicos	CBA	NM
Materiais Básicos	CSNMINERAÇÃO	N2
Materiais Básicos	DEXCO	NM
Materiais Básicos	DEXXOS PAR	N1
Materiais Básicos	EUCATEX	N1
Materiais Básicos	FER HERINGER	NM
Materiais Básicos	FERBASA	N1
Materiais Básicos	GERDAU	N1
Materiais Básicos	GERDAU MET	N1
Materiais Básicos	IRANI	NM
Materiais Básicos	KLABIN S/A.	N2
Materiais Básicos	PARANAPANEMA	NM
Materiais Básicos	SUZANO S.A.	NM
Materiais Básicos	USIMINAS	N1
Materiais Básicos	VALE	NM
Materiais Básicos	VITTIA	NM
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	3R PETROLEUM	NM
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	COSAN	NM
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	ENAUTA PART	NM
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	LUPATECH	NM
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	OCEANPACT	NM
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	OSX BRASIL	NM
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	PETROBRAS	N2
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	PETRORECSA	NM
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	PETRORIO	NM
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	ULTRAPAR	NM
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	VIBRA	NM
Saúde	ALLIAR	NM
Saúde	BLAU	NM
Saúde	D1000VFARMA	NM
Saúde	DASA	NM
Saúde	DIMED	NM
Saúde	FLEURY	NM
Saúde	HAPVIDA	NM
Saúde	HYPERA	NM
Saúde	IHPARDINI	NM
Saúde	KORA SAÚDE	NM
Saúde	MATER DEI	NM
Saúde	ODONTOPREV	NM
Saúde	ONCOCLÍNICAS	NM
Saúde	OUROFINO S/A.	NM
Saúde	PAGUE MENOS	NM
Saúde	PROFARMA	NM
Saúde	QUALICORP	NM
Saúde	RAIADROGASIL	NM
Saúde	REDE DOR	NM
Saúde	VIVEO	NM
Tecnologia da Informação	BEMOBI TECH	NM
Tecnologia da Informação	ENJOEI	NM
Tecnologia da Informação	GETNINJAS	NM
Tecnologia da Informação	INFRACOMM	NM
Tecnologia da Informação	INTELBRAS	NM
Tecnologia da Informação	LOCAWEB	NM
Tecnologia da Informação	MELIUZ	NM

Tecnologia da Informação	MOBLY	NM
Tecnologia da Informação	MULTILASER	NM
Tecnologia da Informação	NEOGRID	NM
Tecnologia da Informação	PADTEC	NM
Tecnologia da Informação	POSITIVO TEC	NM
Tecnologia da Informação	SINQIA	NM
Tecnologia da Informação	TC	NM
Tecnologia da Informação	TOTVS	NM
Tecnologia da Informação	WDC NETWORKS	NM
Tecnologia da Informação	WESTWING	NM
Utilidade Pública	AES BRASIL	NM
Utilidade Pública	ALUPAR	N2
Utilidade Pública	AMBIPAR	NM
Utilidade Pública	CELESC	N2
Utilidade Pública	CEMIG	N1
Utilidade Pública	COPASA	NM
Utilidade Pública	COPEL	N2
Utilidade Pública	CPFL ENERGIA	NM
Utilidade Pública	ELETRONBRAS	N1
Utilidade Pública	ENERGIAS BR	NM
Utilidade Pública	ENERGISA	N2
Utilidade Pública	ENEVA	NM
Utilidade Pública	ENGIE BRASIL	NM
Utilidade Pública	EQUATORIAL	NM
Utilidade Pública	LIGHT S/A.	NM
Utilidade Pública	NEOENERGIA	NM
Utilidade Pública	OMEGAENERGIA	NM
Utilidade Pública	ORIZON	NM
Utilidade Pública	RENOVA	N2
Utilidade Pública	SABESP	NM
Utilidade Pública	SANEPAR	N2
Utilidade Pública	TAESA	N2
Utilidade Pública	TRAN PAULIST	N1
